

Telejornalismo, Juventude e Cidadania: A Cobertura do JPB 1ª Edição sobre *Bullying* na Paraíba*

Rostand de Albuquerque Melo[†]
Universidade Federal da Paraíba

Índice

1 Introdução	1
2 Relatos do Diário de Campo: a teia de interações da produção de notícias	3
3 A Título de Conclusão: alguns apontamentos	12
4 Referências	13

a construção das abordagens adotadas na cobertura da violência urbana em ambiente escolar, tomando como exemplo o material produzido pelo *JPB 1ª Edição*, telejornal vespertino da TV Cabo Branco, afiliada a Rede Globo na cidade de João Pessoa-PB

Palavras-Chave: Telejornalismo; Mídia e Cotidiano; Produção de Notícias; Juventude.

Resumo

Este artigo discute o modo de produção de sentidos no telejornalismo, observando a estrutura institucional de produção de notícias no contexto das mídias regionais. A partir da análise das rotinas produtivas de um telejornal local, pretende-se compreender a complexa teia de interações que compõem a estrutura de uma redação. Adotando a observação participante como instrumento metodológico, apresentamos reflexões sobre

*Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

[†]Jornalista graduado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB), email: rostandmelo@gmail.com.

1 Introdução

Discutir o modo de produção de notícias é também refletir sobre a construção de enquadramentos por meio dos quais os temas de interesse social serão apresentados e debatidos coletivamente. Entretanto, tais enquadramentos correspondem às regras internas do campo jornalístico, ou dito de outro modo, aos valores que regem o comportamento dos jornalistas no processo cotidiano de significação do mundo. Isso porque o jornalismo se configura como um modo de conhecimento que busca interpretar a realidade social não apenas para si, mas principalmente para seu público. Neste processo, os jornalistas operam tipificações simples o

bastante para serem rapidamente digeridas ou processadas nas engrenagens das rotinas produtivas do jornalismo, bem como serem facilmente compreendidas por quem assiste, lê, ouve ou acessa determinado conteúdo informativo.

No caso do telejornalismo, o uso constante de tipificações também corresponde às demandas específicas do modo como os espectadores consomem este tipo de linguagem. Torna-se necessário o que Resende (2000) chama de “compreensão imediata”, ou seja, o conteúdo passa a ser formatado de acordo com estratégias específicas que eliminem as ambiguidades e garantam o entendimento rápido e instantâneo por parte do público. Trata-se de uma característica impositiva da linguagem televisual que se refere à apresentação de informações em um fluxo temporal, ininterrupto e irreversível. A rapidez e fragmentação característicos da estética televisual contemporânea se somam o tom coloquial e à imposição da imagem como símbolo que detém a maior ênfase na gramática da televisão. Constitui-se assim um tipo de retórica específico, que busca estabelecer vínculos de identificação com a linguagem e os valores do senso comum.

Partindo desses pressupostos, este trabalho busca compreender o processo de produção de notícias no telejornalismo regional paraibano. Para tanto, apresentamos e discutimos aqui a cobertura realizada pelo telejornal *JPB 1ª Edição* sobre um tema específico: os casos de violência escolar registrados em março de 2009 na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. O *JPB 1ª Edição* é produzido e exibido pela TV Cabo Branco, afiliada à Rede Globo em João Pessoa.

A discussão aqui apresentada é um frag-

mento e nossa dissertação de mestrado resultante da pesquisa realizada por meio do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Adotados a observação participante como procedimento metodológico, fundamentada na hipótese do *newsmaking* (produção de notícias) e nos pressupostos teóricos da *etnometodologia*. As impressões e observações foram registradas e descritas no Diário de Campo, utilizado enquanto instrumento de coleta de dados (LAGO, 2000).

A pesquisa foi realizada no período de 9 de março a 4 de abril de 2009, com visitas diárias à redação do telejornal analisado e com a aplicação de entrevistas abertas semi-estruturadas com os jornalistas da emissora. Quanto a metodologia de escrita, a opção adotada proporcionou a apresentação de narrativas sobre o cotidiano do trabalho jornalístico, privilegiando-se um olhar compreensivo e reflexivo sobre a teia de interações que compõem o campo jornalístico, bem como as injunções sobre as escolhas editoriais quanto à construção de abordagens sobre os temas noticiados.

A seguir, discutimos o contexto da cobertura de um caso específico, ocorrido e observado durante a produção da edição exibida no dia 12 de março de 2009. Trata-se de um caso de violência escolar, com desdobramentos que o fizeram ser enquadrado por parte da imprensa paraibana como *Bullying*. Como veremos, a adoção desta classificação provocou controvérsias e provocou discussões e redirecionamentos durante o processo de produção. Cabe ressaltar que serão preservados os nomes dos jornalistas participantes da cobertura aqui apresentada, mantendo-se como identificação apenas as posições ocupadas por estes profissionais.

Essa medida é recorrente em pesquisas que utilizam a observação participante, como o newsmaking e na antropologia, e visa preservar a relação mantida entre pesquisadores e informantes durante a obtenção dos dados. Além disso, para a análise da estrutura organizacional da produção jornalística se torna mais relevante explicar as funções exercidas nas rotinas produtivas do que os nomes dos jornalistas envolvidos. Os papéis exercidos na divisão institucional do trabalho jornalístico são dados que possuem um caráter de universalidade, mesmo que relativa. Enquanto que a identidade dos sujeitos não acrescentaria dados relevantes ao estudo do campo jornalístico em uma perspectiva mais ampla. Consideramos esta cobertura representativa por permitir a percepção de vários aspectos que formatam os enquadramentos adotados pelos jornalistas de TV, como a hierarquia da redação, as pressões externas, a conflituosa relação com as fontes, imaginário do senso comum e até mesmo a subjetividade dos jornalistas envolvidos, aqui considerados enquanto sujeitos ativos no processo de ressignificação do mundo social pelo campo midiático.

2 Relatos do Diário de Campo: a teia de interações da produção de notícias

Quando os jornalistas realizam a cobertura de determinados tipos de acontecimentos com os quais já estão acostumados a lidar, os enquadramentos e abordagens são aplicados de forma praticamente automática, sem

muitos questionamentos. Os repórteres não sentem a necessidade de pedir muitas orientações às chefias quando se sentem à vontade com um assunto. Por outro lado, costuma recorrer uma discussão coletiva na redação quando percebem que se trata de um tema polêmico ou de difícil explicação para o público. Ou então, quando são obrigados a usar e explicar um termo ou conceito com o qual não possuem afinidade ou que possui controvérsias quanto ao uso. A possibilidade de comprometimento da emissora em questões jurídicas ou que afetem à credibilidade do órgão de imprensa também são fatores que promovem o envolvimento mais próximo das instâncias hierárquicas responsáveis por zelar pela linha editorial.

Casos com este nível de complexidade podem ser considerados pouco comuns, mas sempre há pendências e dúvidas da equipe que necessitam da interferência direta dos editores e da chefia de redação. Um caso específico reuniu todos os aspectos complicadores citados anteriormente, e envolveu boa parte da equipe em um processo de elaboração cuidadosa da forma como a história seria contada e explicada. Um exemplo disso pôde ser percebido no dia 12 de março de 2009, durante a pesquisa de campo realizada na redação da TV Cabo Branco. Um assassinato de um adolescente de 17 anos, ocorrido na noite do dia anterior, chamava a atenção do noticiário local. Isso não apenas da emissora afiliada à Rede Globo em João Pessoa, mas em praticamente todos os órgãos da região.

A cobertura do caso começou como se fosse mais uma pauta sobre violência urbana. Às sete horas da manhã do dia 12 de março, uma das repórteres foi deslocada para cobrir o enterro de um jovem que foi morto na

noite anterior em frente à escola onde estudava, no bairro de Mangabeira em João Pessoa. O principal suspeito era outro adolescente, aluno da mesma instituição de ensino. O motivo do crime teria sido a irritação do assassino que se sentia ridicularizado com as brincadeiras feitas pela vítima. A dúvida na redação era se seria possível caracterizar este caso como *Bullying*¹. A expressão inglesa é usada para designar a perseguição e violência sofrida por alunos em ambiente escolar. Se a polícia considerasse que o assassinato tinha sido cometido durante um assalto ou por qualquer outra motivação alheia ao ambiente escolar, a classificação como *Bullying* perderia o sentido.

Essa definição se tornava mais importante por que no final do ano anterior foram noticiados vários casos de *Bullying* por toda a imprensa em João Pessoa, o que tornou o tema uma pauta comum nas conversas cotidianas. Isso ocorreu apesar do conceito ainda ser obscuro para a grande população e até mesmo para os jornalistas. Mas geralmente, as denúncias partiam de pais de alunos ou do próprio Ministério Público, que realizou ações de combate ao *Bullying* em diversas escolas da capital paraibana. Outro diferencial é que a maioria dos casos noticiados anteriormente se referia a escolas particulares e envolvia adolescentes de classe média alta. Dessa vez, o problema estaria atingindo um colégio público da periferia localizado em uma área de grande densidade demográfica. Para contextualizar o caso, a produção solicitou imagens de arquivo ao CEDOC² da emissora. Começam aí os ques-

¹ Do verbo em língua inglesa *bully*, que significa tyrannizar, ameaçar, intimidar, maltratar.

² CEDOC: Centro de Documentação. “Composto

tionamentos sobre a forma correta de abordar o tema.

A editora do *JPB* questiona o uso das imagens de arquivo, pois para ela uma sonora³ com um promotor explicando o que é *Bullying* já resolveria, já que ele poderia dizer se realmente esse caso pode ser considerado *Bullying* por ter atuado no combate a casos semelhantes. Por volta das dez horas da manhã a repórter continuava no cemitério. Por telefone ela, informava que o corpo da vítima ainda não havia chegado e perguntou à produção qual o encaminhamento, se a equipe deveria esperar ou voltar para a redação sem o material caso estivesse prevista a realização de outra reportagem. A ordem foi para esperar a saída do corpo. Com isso, a repórter que estava acompanhando o caso ficou retida mais tempo do que era esperado e ficou impossibilitada de entrevistar o promotor em tempo hábil para a sonora ser exibida ainda no telejornal do meio-dia.

Como se tratava de um tema delicado envolvendo adolescentes, as fontes apresentavam certa resistência ao convite para avaliar a ocorrência. A coordenadora de produção começa a articular a operação para realização da entrevista e mantém os primeiros contatos com a promotora responsável pelo caso do dia, mas ela se nega a falar e não admite que este caso seja tratado como *bullying*, o que já estava sendo feito por boa parte da imprensa local. Os jornalistas partiam do princípio de que a emissora não podia deixar de citar o caso, mas também não poderia afirmar que seria classificado como

pelo arquivo de imagens e pesquisa de texto”. (PATERNOSTRO, 1999. p. 138)

³ Sonora: “Termo usado nas redações de telejornalismo para indicar a entrevista de reportagem, a fala do entrevistado”. (MACIEL, 1995. P. 113).

bullying sem uma confirmação oficial. A coordenadora de produção argumenta que se toda a imprensa está noticiando como *bullying*, isso deveria ser tratado de alguma forma na matéria, nem que seja para esclarecer e, se for o caso, desmentir esta versão. A equipe de produção pensa em como fazer isso sem a fala da promotora do caso e sem fazer com que a emissora assumisse um posicionamento na polêmica.

Ao discutir a relação entre jornalistas e fontes, Lage (2005, p. 57) alerta que “o resultado de uma consulta à fonte depende basicamente da intenção que essa fonte atribui ao repórter”. Neste caso, se considerarem a imprensa uma ameaça ou não possuem uma relação de confiança, as fontes serão parcimoniosas nas respostas ou simplesmente se negarão a colaborar e fornecer informações. É o que ocorre com a promotora que foi designada para o caso do assassinato no colégio Público do Bairro de Mangabeira. Como boa parte da imprensa já havia designado o crime com o rótulo de *bullying*, a promotora considerou irresponsável ou impertinente a presença da imprensa e se negou a falar, mesmo que para esclarecer a interpretação que ela julgava errônea. Por outro lado, veremos que outras fontes que já tinham colaborado com os jornalistas da redação em coberturas anteriores, irão colaborar mesmo não podendo fornecer todas as informações necessárias. O vínculo criado anteriormente contribui para o estabelecimento de colaboração entre fontes e jornalistas. Percebe-se que agentes de outros campos sociais se vêem envolvidos na teia de inter-relações da produção de notícias. A equipe de produção então decide ouvir outro promotor que já tinha sido responsável por outros processos relativos a *bul-*

lying na cidade. Obviamente, ele não poderia falar sobre o caso de hoje por não ter tido acesso oficial às informações da ocorrência e para não interferir no trabalho de uma colega. Não seria éticas. Por isso, a equipe de redação decide que as perguntas direcionadas a este promotor seriam simples e genéricas. A pauta era: “Promotor, o que é *Bullying*? Quando um caso de violência pode ser considerado *Bullying*? Quais as características?”

Como a repórter do caso está no cemitério, a coordenação de produção passa esse encaminhamento para outra repórter que não estava cobrindo o caso, pois a pauta que ela fazia já estava em fase de conclusão. A repórter, por telefone, questiona e argumenta que ficaria difícil para ela assumir a pauta por não ter informações sobre o caso. Todavia, a produtora informa que isso não vai atrapalhar, pois o próprio promotor já disse por telefone que não pode falar de um assunto que ele não tem acesso ao inquérito, investigado por uma colega. Seria apenas uma explicação geral sobre o *bullying*. Esse encaminhamento, que parece ser o único possível, causa insegurança na repórter e gera questionamentos na redação: “Será que apenas essa resposta resolveria a polêmica nesse VT?”. Mesmo assim, a estratégia é seguida pelas duas equipes de reportagem envolvidas na cobertura do caso.

A repórter que estava no cemitério chega à redação por volta das onze horas da manhã e parece estar em dúvida se o caso que está acompanhando é mesmo *bullying* ou não. Isso porque a sonora com o promotor, que explicaria isso, ainda estava sendo feita por outra repórter, que por sua vez também não sabe do contexto acompanhado pela equipe de reportagem no bairro onde o crime

aconteceu. O ideal, obviamente, seria que uma mesma repórter fizesse a duas partes da matéria, mas isso não pôde ser feito. Esperar a conclusão da cobertura do enterro para só depois fazer a sonora inviabilizaria a produção e edição do material em tempo hábil para ser exibido ao meio-dia. O *deadline*⁴ não permitiria. A produção preferiu dividir as tarefas para maximizar o tempo e viabilizar a exibição de um material mais completo e contextualizado já no *JPB 1ª Edição*. A pressão exercida pelos apertados prazos de fechamento influencia a decisão.

A repórter que cobriu o enterro argumenta que a divisão de tarefas estaria dificultando a elaboração do texto e argumenta: “Não sei se é *bullying* ou não, não sei onde encaixo essa sonora (do promotor)”. A dificuldade dela é “puxar no texto” uma fala sobre a qual não tem informações sobre a resposta do entrevistado, ou seja, redigir o texto estabelecendo conexões que introduzem a com a fala da fonte consultada. Às onze horas e dez minutos, a fita com a sonora do promotor chega à redação. A repórter responsável por fechar o texto pede explicações sobre o caso à colega que fez a entrevista, mas ambas parecem confusas. A coordenação de produção explica o foco proposto para a pauta. Após entregar a fita, a repórter que entrevistou o promotor vai direto para fechar o texto do primeiro VT produzido por ela durante a manhã, sobre a paralisação dos médicos vinculados à prefeitura. A repórter do caso pega a fita e vai assistir a sonora do promotor numa das ilhas de edição para decidir como fechar o texto. As dúvidas da jornalista per-

⁴ *Deadline*: “Prazo de fechamento do jornal: prazo final de entrega das matérias prontas para ir ao ar”. (PATERNOSTRO, 1999. P. 140).

sistem mesmo assim, faltando pouco tempo para o jornal ir ao ar, onde a matéria estava prevista para abrir a edição do dia.

Às 11h15 a chefia de redação intervém diretamente e começa a discutir o encaminhamento do VT com a repórter. É o chefe de redação quem possui a atribuição de decidir sobre questões polêmicas. Trata-se de um caso polêmico não apenas por despertar a curiosidade e a discussão pública, mas por provocar controvérsias internas na redação. Questionamentos que dividem opiniões na equipe, onde produtores, repórteres e editores discordam e apresentam diferentes pontos de vista sobre a melhor abordagem para o assunto. É uma das funções da chefia de redação resolver essas polêmicas internas definindo qual a abordagem que será conferida ao tema e se responsabilizando pelo material que vai ao ar. Mesmo que não exista a concordância por parte da equipe, a decisão é seguida.

A discussão toma uma abrangência maior e passa a envolver vários integrantes da equipe de redação. A pressão do fechamento torna o debate ainda mais tenso, já que faltam apenas trinta minutos para o telejornal ir ao ar. A sonora do promotor que deveria solucionar a controvérsia, na verdade trouxe ainda mais polêmica. As duas repórteres discutem com o chefe de redação e apresentam o resultado das apurações realizadas simultaneamente. A editora-chefe do telejornal acompanha e opina sobre tudo, mas acompanha o debate da mesa onde está localizado o terminal de computador usado para fazer a paginação do telejornal. Ela não pode deixar de lado suas atribuições operacionais se não comprometeria toda a edição do telejornal.

Agora a dúvida é a seguinte: O promotor disse que não poderia afirmar publicamente

se o caso era bullying por uma questão ética, pois a responsabilidade sobre o caso era de outra promotora. Ele não podia se posicionar publicamente, mas em *off*⁵ disse que pelas informações obtidas por meio da imprensa, acreditava que não era *bullying*. Na sonora, o promotor descreveu as características do *bullying*. Só que as características citadas pelo promotor são exatamente as mesmas citadas pelas testemunhas e familiares da vítima que foram entrevistados pela equipe de reportagem. Se a sonora tivesse sido feita pela mesma repórter que fez a apuração na escola e com os familiares, isso poderia ter sido discutido diretamente com o promotor. A repórter poderia questioná-lo, deixando-o a par do que foi relatado pelos envolvidos no caso.

Entretanto o material foi produzido separadamente e isso gerou uma contradição: o promotor define *bullying* da mesma forma que as vítimas e testemunhas descreveram o fato. Só que em *off* o promotor afirmou ter uma opinião contrária e que não poderia se envolver. Como fechar esse VT de forma lógica sem causar constrangimentos para as fontes e sem impelir a TV a adotar um posicionamento sobre o caso, mantendo a “objetividade”? O chefe de redação pondera e demonstra como o caso é complicado: “Se nem o cara concorda com o conceito dele! Tem que ter cuidado na edição pra não conduzir a fala dele.” Isso porque o uso das duas sonoras juntas daria a impressão de que o caso era mesmo *bullying* e que este seria o posicionamento do promotor. A repórter que gravou com o promotor teme que a fonte

pense que a TV manipulou a fala na edição. Mas a repórter que manteve contato com as testemunhas argumenta: “Se ele (promotor) ver a sonora (das testemunhas) vai ver que é *bullying*!”.

A editora do jornal demonstra concordar com este argumento, enquanto conclui a paginação do jornal. O produtor que marcou a sonora com o promotor, aponta que ele disse por telefone que era *bullying*, mas que não queria se meter com a opinião da promotora. Percebe-se que a “manipulação” na produção jornalística também ocorre em sentido inverso: ao estar com a repórter para gravar a fala, o promotor defende uma opinião diferente daquela demonstrada por telefone. Isto já pode ser considerado uma forma da fonte tentar conduzir a abordagem que a repórter vai conferir a matéria. E de fato consegue, pois ela é única jornalista da redação que expressa certo receio em colocar as sonoras juntas por achar que isso vai tornar a fala do promotor afirmativa. Assim, ficam evidentes as restrições externas que também influenciam as decisões tomadas na redação, afinal este caso envolvia a relação entre autoridades judiciais.

Por fim, decide-se então a TV irá se posicionar ao dizer se o caso é *bullying* ou não que nem na cabeça⁶, nem no texto. A dúvida neste caso faz parte da notícia apresentada, pois ainda não há uma definição sobre um caso que ainda está sendo investigado. A fala do promotor é associada no VT não como uma avaliação do caso, mas sim como uma explicação geral sobre o conceito *bul-*

⁵ “*Em off*” ou “*off the record*”: “Informação obtida de uma fonte que não quer se identificar”. (BISTANE e BACELLAR, 2005. p. 135).

⁶ Cabeça: “texto lido pelo apresentador para chamar a matéria. Geralmente, contém as informações mais relevantes da reportagem que será mostrada a seguir”. (BISTANE E BACELLAR. 2005, p. 132).

lying, explicação possível de usada ajudar o público a entender o caso e tirar suas próprias conclusões a partir das falas dos familiares das vítimas. O *off* deixou claro que a promotora do caso afirma que não é *bullying*.

Entretanto, o VT de fato dá a entender que este caso pode ser categorizado neste tipo de crime. Por outro lado, omitir qualquer uma das sonoras seria uma manipulação muito mais incisiva do que exibi-las. É o que acreditam os jornalistas que decidiram por exibir a sonora. A noção clássica de que todos os lados devem ser mostrados foi usada pelos jornalistas neste caso. A “fonte oficial” que não quis se pronunciar foi substituída pela figura do “especialista”. As demais fontes tinham um caráter testemunhal, que tornavam o VT verossímil e aparentemente mais consistente.

Neste sentido, os especialistas e autoridades cumprem a função de fornecer uma “assinatura” de responsabilidade sobre a informação divulgada. Essa estratégia surge com a ideologia da “objetividade e distanciamento”, que passa a se tornar hegemônica a partir dos anos 20 e 30 do século passado. Com a consolidação do paradigma da objetividade, torna-se comum o que Pereira Júnior, (2006, p. 54) chama de “Voz Imparcial”, procedimento que passa a ser adotado como norma de relação com as fontes nas mídias noticiosas. Esse preceito ordena que “é preciso atribuir tudo a alguém, nunca cacifar um raciocínio como seu, sob pena de contaminar os fatos com subjetividade do autor”, (op. cit).

Mal a pendência tinha sido resolvida e antes mesmo do *JPB 1ª Edição* entrar no ar, a produção já começava a elaborar uma forma de repercutir o caso no telejornal

seguinte. Já que este foi considerado o tema do dia, deveria ser tratado com destaque no principal telejornal da emissora, o *JPB 2ª Edição*. A confluência contextual de vários valores de noticiabilidade e a forma como o caso vinha se desenrolando publicamente, proporcionou a sensação quase unânime na redação que este deveria ser o assunto de maior destaque e como tal tinha de ser acompanhado com uma cobertura específica. A mesma repórter que fez a matéria e ouviu familiares e testemunhas foi escalada para “suitar”⁷ a matéria, trazendo uma nova abordagem.

O encaminhamento desse novo VT foi decidido em uma conversa entre a coordenadora de produção e o editor do *JPB 2ª Edição*. Já às 11h40, a coordenadora de produção manteve o primeiro contato telefônico com o editor do telejornal da noite. A coordenadora explicou o que foi produzido sobre o caso e descreveu a matéria que estava pronta para ser exibida em seguida no *JPB1*. Para a suíte, o editor solicitou a fala de uma psicóloga analisando o problema da violência das escolas. A produção então procura de última hora uma psicóloga que aceite marcar para fazer uma fala em pleno horário de almoço, comentando um caso que provavelmente só tomou conhecimento pela mídia. Neste caso, não é o envolvimento com o caso que a credenciaria como fonte, mas o fato de ser reconhecida pela função social como

⁷ Suíte: “nome dado às reportagens de acompanhamento de determinado assunto jornalístico enquanto ele continua se desenvolvendo. A suíte vai atualizando as informações e sempre dá um relato sucinto dos fatos que lhe deram origem”. (MACIEL, 1995. p. 113). “Suitar”, no jargão jornalístico, significa a ação de produzir uma matéria com esta função de atualizar um tema já noticiado.

“especialista no comportamento humano”, e como tal estaria legitimada para analisar de forma distanciada e objetiva o crime e o contexto mais amplo da violência escolar. A “objetividade” na ideologia do campo jornalístico se expressava nas escolhas retóricas e nas estratégias de construção da narrativa.

Após receber às orientações do editor, às 11h47, a coordenadora de produção discute com a repórter a nova abordagem que deverá ser aplicada ao mesmo tema. Ao chamá-la, a produtora diz que vai explicar a “tese” do editor sobre um VT com o tema “banalização da violência”, suitando o assassinato na escola. Ao ouvir a “tese”, a repórter se preocupa com o horário e a operacionalização da matéria: “Mas tu vai conseguir isso pra agora?”. A coordenadora de produção, responsável pela racionalização de todo o processo, argumenta que só tem esse horário pra fazer e que está tentando achar e convencer um psicólogo que fale sobre o tema. O psicólogo falaria sobre as motivações de quem comete esse tipo de crime. Mas, o editor quer ainda outro “especialista”, segundo ele “alguém da área criminal” para falar sobre as penalidades quanto a crimes cometidos por adolescentes. O VT deveria trazer também um levantamento de outros casos semelhantes e imagens de arquivo.

A coordenadora de produção comenta com a repórter sobre outros casos mostrados pelo *JPB*, como o do Jardel, de 18 anos considerado o “terror” do Alto do Mateus, bairro periférico da cidade de João Pessoa. Na segunda-feira anterior, a emissora exibiu reportagens sobre a prisão de Jardel e os vários telejornais usaram a mesma expressão para defini-lo como o “terror do Alto do Mateus”. O rótulo era originário da forma como o acusado era chamado pelos policiais que já

o conheciam e que se propagou pelo senso comum por meio da divulgação midiática. O acusado tinha comemorado o aniversário de 18 anos no mês anterior e foi preso pela primeira vez após completar a maior idade penal, mas já havia sido detido várias vezes enquanto menor, sempre sendo solto novamente.

Neste momento, a presença do pesquisador acaba interferindo no processo de construção da abordagem. Ao lado da coordenadora de produção, o pesquisador faz um comentário sobre a matéria, informando que pela lei a justiça poderia considerar o acusado como réu primário e receberá todos os benefícios dessa classificação, pois quando alguém faz 18 anos à ficha policial seria “zerada”, como se nunca tivesse crime nenhum. A afirmação dos pesquisador era que Jardel seria considerado réu primário, apesar das inúmeras prisões e a coordenadora de produção duvida um pouco da intervenção. Com razão, afinal o pesquisador não é especialista no assunto. Não são os especialistas quem tem voz no telejornalismo? Por outro lado, a jornalista demonstra certa indignação com o que ouviu. Sentimento similar aquele que provavelmente seria sentido por parte do público do telejornal ao ver a matéria sobre o tema. Contudo, a repórter concorda com as afirmações do “forasteiro na redação” e argumenta para a coordenadora de produção: “Mas é claro que ele tem a ficha limpa, sabe por quê? Menor não comete crime, comete infração. Menor não é preso, é apreendido. Se ele nunca foi “preso” e nunca “cometeu crime” como é que ele vai ter a ficha suja?”.

A coordenadora de produção se mostra ainda mais indignada e determina que esses aspectos devem ser abordados no VT. A

repórter, que também demonstra certa indignação, se empolga com a matéria e usa na matéria os mesmos argumentos. A mesma informação sobre as expressões indicadas pela justiça para o tratamento dos menores, como “infração” e “apreendido”, é relatada na aparição da repórter que usou a mesma argumentação para explicar a forma como a justiça trata os adolescentes suspeitos de terem cometido algum “ato infracional similar a crime”, como nomeia a linguagem jurídica em vigor. É interessante observar que essa abordagem também se relaciona com o cotidiano do trabalho da repórter. Ela enfatiza justamente um dos aspectos legais que mais interferem no seu trabalho, pois a preocupação com esses termos jurídicos é algo constante em sua rotina de trabalho no momento da produção dos textos factuais sobre a participação de menores em casos de violência. Este é mais um aspecto externo que formata parte da produção jornalística: a imposição de aspectos jurídicos que de certa forma, censuram e formatam o texto jornalístico.

A repórter manteve na reportagem o tom “objetivo”, “imparcial” e “impessoal” exigidos para a linguagem jornalística, mas também usou a pauta para se expressar de alguma forma, tanto que fez questão de repetir na passagem a argumentação usada na redação para discutir o tema de forma espontânea. O “sujeito jornalista” também consegue deixar marcas de sua subjetividade no discurso que produz, apesar do domínio da técnica da construção objetiva do texto jornalístico e do controle externo de instituições de controle, como neste caso a justiça e a legislação de proteção aos adolescentes. Aliás, o domínio da técnica de linguagem possibilita ao jornalista uma autonomia rela-

tiva por conhecer as regras do campo e assim poder prever estrategicamente o desenrolar da história. Se a repórter, por exemplo, não tivesse encontrado um especialista que desse respaldo técnico e objetivo à opinião expressa por ela, jamais poderia expressá-la individualmente na reportagem.

Desde quando a primeira informação sobre o caso chegou à redação da emissora, vários “sujeitos jornalistas” interferiram na formatação das lentes usadas para observar e interpretar o fato a ser veiculado como notícia. Desde o produtor da noite que conseguiu detectar o caso por meio da consulta às fontes policiais na constante ronda telefônica⁸. E até o editor do *Bom Dia Paraíba* que ainda de casa viu a notícia nos portais e ligou para a redação solicitando que alguma equipe de reportagem fosse encaminhada ao local para cobrir o caso e trazê-lo já no primeiro telejornal no início da manhã. Essa primeira abordagem, factual e objetiva, influenciou o tratamento conferido à pauta que seria encaminhada para as equipes de reportagem da manhã. Havia a sensação de que era necessário ir além do factual e trazer algo novo, explicando mesmo que superficialmente a classificação conferida pela legislação para esse tipo de fato e, por outro lado, enfatizando o caráter dramático do caso com a presença de amigos e familiares.

Ao descrever a forma como a informação circula entre os diferentes meios de comunicação como se fosse refletida num grande jogo de espelhos, Bordieu (1997, p. 32) explica que “para saber o que se vai dizer, é preciso saber o que os outros disseram”.

⁸ Consulta telefônica para averiguar o que está acontecendo em locais considerados cruciais na produção de notícias, como delegacias, hospitais, postos de controle policial, unidades de medicina legal, etc.

Neste sentido, não apenas os jornalistas da equipe da TV Cabo Branco participaram da formatação da abordagem conferida pela emissora em seus telejornais, mas até mesmo a concorrência interferiu na interpretação construída coletivamente e expressa nos telejornais. O principal ponto polêmico da matéria do *JPB 1ª Edição* não começou na redação do telejornal, mas surgiu da divulgação de informações desencontradas sobre o caso em diversos portais e emissoras de rádio. O choque de informações entre as fontes oficiais consultadas e a classificação já divulgada pelos demais órgãos de imprensa causou instabilidade. Provocou-se assim a necessidade de se tentar chegar a um consenso provisório que pudesse explicar ao público quem de fato tinha razão, ou pelo menos municiar os expectadores de informações que contribuem para o entendimento do fato ao invés de torná-lo mais confuso. Se vários órgãos de imprensa já tinham classificado o crime como *Bullying*, a ideia é que não seria possível simplesmente não citar essa hipótese. Isso ocorre porque os meios noticiosos utilizam os próprios concorrentes como fonte de informação, mesmo que duvidem de suas abordagens e refaçam todo o processo de apuração. Neste processo complexo, cada jornalista que “toca” de alguma forma na informação que está sendo processada nas engrenagens das rotinas produtivas deixa marcas de sua subjetividade na interpretação do fato. Entretanto, a rigidez do modelo organizacional que estrutura a produção de notícias possui a função de apagar essas marcas e apresentar um relato coeso, consistente e pretensamente objetivo. Alguns sujeitos possuem maior poder de seleção e enquadramento, seja por definir os padrões a serem adotados pelos demais

membros da equipe em suas escolhas ou então por terem a atribuição e o poder de cortar ou reelaborar as mensagens informativas construídas por outros jornalistas.

A hierarquia organizacional se expressa na linha de produção do jornalismo, promovendo uma divisão desigual do poder de expressão na construção de abordagens. Mas isso não significa que os extratos da base da pirâmide não tenham capacidade de influir no resultado final, até por que nesta complexa trama de negociações também existe dependência entre as chefias e os jornalistas com atribuições mais limitadas. Muitas das informações só chegam até as instâncias de controle e gestão por meio da atuação dos jornalistas do “chão de fábrica”, como se costuma dizer na linguagem cotidiana das redações. E estes “operadores da notícia” também exercem escolhas e definem seleções de enquadramentos, apesar de terem o comportamento regulado por padrões pré-estabelecidos.

Apesar de não adotarmos as noções teóricas de Foucault como fundamento de análise, é plausível relacionar essa distribuição assimétrica de capacidade de ação com a noção de poder proposta pelo filósofo francês. Primeiro por que esta capacidade de escolha e definição de prioridades é determinada pela diferença de lugar dos sujeitos no processo produtivo, o que se relaciona diretamente com o sistema de diferenciações que “permite agir sobre a ação dos outros” (REVEL, p. 67). Para Foucault, esse sistema configura-se como “a condição de emergência e efeito das relações de poder”. Aqui, poder pode ser entendido como capacidade de ação sobre a ação dos outros e nesse sentido o grau de racionalização interfere na forma como o poder é

exercido. Racionalização expressa em indicadores como eficácia dos instrumentos, custo econômico e política, obtenção de resultados considerados eficazes, dentre outros. Criam-se “modalidades instrumentais de poder” que atuarão tanto na institucionalização do poder, como definição de regulamentos, hábitos, normas, lugares de atuação, sistema de vigilância e controle.

A análise apenas do conteúdo expresso na mensagem comunicativa que vai ao ar não seria capaz de identificar a interferência dos múltiplos sujeitos atuantes. Incluindo aí, a participação efetiva das fontes que apesar de estarem vinculadas a outros espaços de atuação social, passam a fazer parte do campo jornalístico ao participarem de alguma forma da produção de sentidos. Mesmo quando se nega a contribuir com o fornecimento de informações, a fonte interfere na forma como o fato será relatado, assim como ocorreu no caso narrado anteriormente onde a polêmica surgia da diferença de pontos de vista manifestos pela promotora do caso que nega a falar, do promotor que concorda em opinar e das testemunhas do crime.

A coesão do relato é um dos fatores que garantem a sua verossimilhança. Apesar de muitas vezes os fatos serem realmente ambíguos e contraditórios, se o relato jornalístico também for confuso proporcionará a sensação no público de que a notícia não é crível. Quebraria-se assim o contrato de confiança que garante o fechamento do circuito da produção de sentido. Por isso, as lacunas da história precisam ser preenchidas. Mesmo que não haja respostas para as perguntas, se faz necessário explicar por que as dúvidas existem. O caminho mais comum adotado pelos jornalistas para se eximirem da necessidade de explicar as am-

biguidades é justamente simplificá-las no enquadramento binário. São os “dois lados da história”, apresentados como os únicos extremos possíveis. Uma história com mais do que duas versões seria complicada demais para ser entendida em um VT de um minuto e meio. Por isso os jornalistas realizam escolhas mesmo quando pensam ter conseguido evitar o posicionamento, afinal a definição dos pontos de vista a serem mostrados jamais é aleatória.

3 A Título de Conclusão: alguns apontamentos

A primeira hipótese a ser discutida refere-se ao aspecto relacional das rotinas produtivas. Foi possível perceber e entender a trama de negociações que compõem a produção de notícias em todas as etapas do processo. As negociações são aqui compreendidas enquanto práticas simbólicas e constituem uma das principais características do campo jornalístico. As notícias são produzidas em um ambiente organizacional formado por diversas maneiras de interação, estabelecidas entre os vários sujeitos envolvidos no processo.

Considerar o jornalismo com um campo de negociações é um dos eixos centrais das abordagens *etno-construcionistas* sobre as notícias. Traquina (2005a. p. 184) destaca que “esta teoria encara o processo de produção de notícias como um processo interativo, onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante”. Tais negociações ocorrem em vários sentidos. Sejam entre jornalistas e fontes, jornalistas e público, mas também en-

tre os próprios jornalistas envolvidos na construção das abordagens.

Foi possível observar que os jornalistas envolvidos costumam apresentar questionamentos e opiniões durante as interações cotidianas no espaço de trabalho. Percebe-se desse modo que são negociações contínuas e integradas. Editores, repórteres, produtores e cinegrafistas estão em constante interação em um processo que envolve tensões e discordâncias. A coesão apresentada pelo produto final, o telejornal, ao ser veiculado esconde as contradições internas do processo de produção, apagando as marcas dos sujeitos que o construíram. Por outro lado, o estabelecimento desta trama de interações reforça a noção de que a produção de notícias se configura como um processo intrinsecamente intersubjetivo, ou seja, construído no encontro e na relação entre os sujeitos e suas diversas formas de percepção e concepções de mundo. No caso do espaço das redações, esta relação é mediada pelas regras internas do campo jornalístico e pelas pressões e estímulos provenientes da estrutura organizacional das empresas jornalísticas.

4 Referências

- BISTANE, L. BACELLAR, L. *Jornalismo de TV*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LAGE, N. *A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MACIEL, P. *Jornalismo de Televisão: Normas Práticas*. Porto Alegre: Sagra-Luzatto, 1995.
- MORETZSOHN, S. *Pensando contra os fatos: Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- PATERNOSTRO, V. I. *O Texto na TV*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.
- PEREIRA JÚNIOR, L. C. *A Apuração da Notícia*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.
- REZENDE, G. J. *Telejornalismo no Brasil: Perfil Editorial*. 2.ed. São Paulo: Summus, 2000.
- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2005.
- TRAVANCAS, I. *Etnografia da Comunicação*. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- VIZEU, A. *O Lado Oculto do Telejornalismo*. Florianópolis, SC: Calandra, 2005.
- . *O newsmaking e o trabalho de campo*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. (orgs.) *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1987.